

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Governo tenta evitar pagamento de R\$ 72 bilhões a usinas	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Coronavírus chega a duas plataformas de petróleo	3
Título: Consumo de energia elétrica recua 14,5% após ações de quarentena	4
VEÍCULO: O Globo	5
Título: Petrobras renegocia contrato com fornecedores	5
Título: Teles têm de manter serviço a inadimplente	6

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 11/04/2020****Seção: Economia****Autor: Rafael Moraes Moura Anne Warth / BRASÍLIA****Título: Governo tenta evitar pagamento de R\$ 72 bilhões a usinas**

Valor é referente a ação que chegou ao STF e prevê compensação ao setor sucroalcooleiro por perdas nos anos 1980

Em um momento de desequilíbrio nas contas públicas, o governo tenta barrar um impacto de mais de R\$ 72,4 bilhões aos cofres do Tesouro Nacional com um julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) que discute se a atuação protecionista do extinto Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) provocou danos ao setor sucroalcooleiro. O entendimento da Corte deve afetar os pedidos de indenização de mais de 290 usinas sucroalcooleiras, que alegam que os preços fixados pelo governo federal para o setor, entre as décadas de 1980 e 1990, seriam inferiores aos custos médios de produção levantados pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

Se a União for obrigada a compensar as perdas do setor, o valor será superior aos R\$ 58 bilhões da recomposição feita pelo governo de parte dos salários nos casos de redução da jornada ou suspensão do contrato motivados pela crise da pandemia da covid-19. O pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 a 54 milhões de informais terá impacto de R\$ 98 bilhões. Criado em 1933, o Instituto do Açúcar e do Alcool regulava a produção das safras anuais de cana, determinava a proporção de álcool a ser desnaturado e fixava os preços de venda do álcool anidro destinados às misturas carburantes. O caso começou a ser julgado ontem no plenário virtual do Supremo e deve ser concluído no dia 17.

O relator, ministro Edson Fachin, já votou e ficou do lado dos interesses da União. Para Fachin, é imprescindível uma perícia técnica para comprovar prejuízo em cada caso. Cálculo. Em memorial obtido pelo Estado e distribuído aos ministros do STF, a Advocacia-Geral da União (AGU) argumenta que a narrativa construída pelas empresas do setor “não guarda qualquer conexão com a realidade”. O órgão sustenta que eventuais prejuízos sofridos pelas usinas sucroalcooleiras não possuem “relação de causa e efeito direta e imediata com a intervenção protecionista realizada governo” naquela época.

O processo examinado pelo Supremo foi movido pela Usina Matary, produtora de açúcar e álcool de Pernambuco, que recorreu à Corte depois de um revés no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A empresa alega que, de abril de 1986 a janeiro de 1997, sofreu danos patrimoniais provocados pela política de fixação

de preços do governo, que não teria considerado fatores de custo de produção levantados pela FGV. Como o caso ganhou repercussão, o entendimento firmado pela Corte deverá ser aplicado em processos similares que tramitam no País.

Contratado pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única), o ex-ministro da Fazenda Máílson da Nóbrega fez um parecer sobre o caso favorável às empresas. No documento, ele afirma que, em 1989, as usinas obtiveram liminar obrigando o governo a fixar preços seguindo recomendações da FGV. O relato de Máílson é fiel ao que ocorreu na época por uma razão: ele era o ministro da Fazenda do governo Sarney e, por isso, coube a ele mesmo assinar o acordo com o setor sucroalcooleiro. “Era um momento em que o governo estava terminando, a inflação acelerando e o sistema de preços não estava funcionando como deveria”.

O ex-ministro diz que não sabia que o acordo havia sido descumprido. “Era fim de governo, já se sabia quem era o presidente. Tudo ocorreu menos de 40 dias antes da posse (de Fernando Collor de Mello)”, afirma. “O custo do governo é decorrente de uma realidade inescapável: o efeito negativo que o controle de preços produziu sobre o setor privado.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 11/04/2020

Seção: Mercado

Autor: NP

Título: Coronavírus chega a duas plataformas de petróleo

Rio de Janeiro- A Petrobras paralisou as operações de duas plataformas de petróleo após a contaminação de trabalhadores pela Covid-19. Segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), há 47 casos confirmados entre os tripulantes das unidades até o momento.

A chegada do coronavírus às plataformas reforça críticas de sindicatos à estratégia da estatal para reduzir os riscos de contaminação. Eles falam em possibilidade de uma “greve sanitária”, com paradas para forçar negociações com a empresa.

A Petrobras diz que monitora casos suspeitos e que vem tomando “medidas preventivas em linha com as recomendações das autoridades”, mas os trabalhadores querem a aplicação de testes antes do embarque. Alegando sigilo médico, a empresa não divulgou número de contaminados.

A Folha apurou que na quinta (8) a companhia contabilizava 45 casos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 11/04/2020****Seção: Mercado****Autor: Bruno Boghossian Brasília****Título: Consumo de energia elétrica recua 14,5% após ações de quarentena**

O consumo de energia elétrica caiu quase 15% no país nas últimas semanas, após a implantação de medidas de isolamento social contra o coronavírus. O cálculo é interpretado por analistas como um indicador preliminar da desaceleração da economia brasileira na crise.

Números do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) mostram que a carga de energia caiu 14,5% nas semanas em que governos estaduais e prefeituras editaram ou ampliaram decretos que limitavam o funcionamento de atividades comerciais e a circulação de pessoas.

Os dados englobam todo o sistema elétrico, o que indica que a desaceleração refletida na redução do consumo de energia do comércio e da indústria pode ser ainda maior — uma vez que as medidas de isolamento tendem a aumentar o uso de eletricidade nas residências.

Considerados apenas dias úteis, a carga do sistema elétrico nas semanas iniciadas em 23 e 30 de março foi de 61.857 MWmed. Nas duas semanas anteriores, quando ainda não havia medidas severas de isolamento, o consumo havia sido calculado em 72.377 MWmed.

Entre esses dois períodos, as restrições à atividade econômica se aprofundaram em estados populosos, que concentram parte da produção industrial e da movimentação do comércio.

As medidas seguem orientações de autoridades sanitárias e, embora sofram oposição de Jair Bolsonaro, passaram a ser defendidas inclusive pelo Ministério da Saúde.

Os dados tabulados pelo ONS nesta semana indicam um ritmo de desaceleração ainda maior no consumo de energia. Na última terça (10), a carga do sistema elétrico foi de 60.702 MWmed, uma redução de 16,5% em comparação com as duas primeiras terças-feiras de março.

Medidas diariamente, as informações sobre consumo de energia são consideradas um termômetro do ritmo da economia durante a crise, uma vez que os indicadores mais robustos sobre a queda na atividade demoram para ser computados.

Fabio Silveira, sócio-diretor da consultoria Macro-Sector, estima que os próximos meses serão marcados por desacelerações severas na economia.

“O consumo de energia é um antecedente do nível de atividade econômica. Vamos passar por um período, de março a maio, de quedas bastante fortes, na faixa de 20%, 30% ou até 40%”, diz.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/04/2020

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ E BRUNO ROSA

Título: Petrobras renegocia contrato com fornecedores

Estatual quer prorrogar prazos e pagamentos para reduzir custos diante do tombo na demanda e na cotação do petróleo. Setor teme abalo sobre uma cadeia com 12.700 empresas e 500 mil trabalhadores

Após cortar a produção e o salário dos empregados, a Petrobras renegocia contratos com os fornecedores para reduzir ainda mais os custos. O objetivo é prorrogar prazos de entrega e pagamentos, em movimento que preocupa especialistas e empresas pelos impactos que terá sobre uma cadeia de 12.700 fornecedores e 500 mil trabalhadores.

Nos últimos dias, a Petrobras enviou a seus principais fornecedores carta informando que iria convocá-los para discutir as condições dos contratos vigentes em função da pandemia, que derrubou a demanda e as cotações do petróleo, contou o executivo de uma empresa fornecedora.

Agrava o problema o fato de os fornecedores já terem encomendado insumos e serviços para atender aos contratos com a Petrobras, lembrou um executivo. Além disso, isso acontece enquanto as empresas aumentam custos para lidar com os efeitos do coronavírus. Muitas delas, por exemplo, estão tendo gastos extras com frete terrestre, diante do cancelamento de voos.

Segundo Gilson Freitas Coelho, secretário executivo da Abespetro, que reúne as 50 maiores prestadoras de serviços do setor, a iniciativa da estatal abalará companhias cujas margens ainda não estavam plenamente recuperadas da crise da Lava-Jato.

— Potenciais reduções de atividade podem ter grande impacto no número de empregos diretos e indiretos da cadeia—alertou.

IMPACTO NO PRÉ-SAL

Outro executivo do setor ponderou que, até o momento, os principais projetos no pré-sal estão preservados, entre eles os campos de Mero, Itapu e Búzios. Isso porque esses projetos “passam na linha de corte de viabilidade por suportarem preços baixos (do petróleo).” Mas outro executivo dessa cadeia informou que esse não é o caso de todos os projetos do pré-sal. Áreas que vão demandar investimentos maiores — como Peroba e Alto de Cabo Frio Central e Oeste — vão “para o fim da fila”.

A Petrobras confirma que está em negociações com seus maiores fornecedores, justificando que isso é necessário por causa da redução abrupta dos preços e do consumo. A empresa disse estar adotando uma série de medidas de redução de gastos para reforçar “a solidez financeira e a resiliência dos negócios.”

“Dada a complexidade e diversidade dos contratos de bens e serviços, cada caso está sendo tratado individualmente, privilegiando sempre a busca de uma solução negociada”, esclareceu a estatal em nota.

O segmento de gás e refino, que integra o plano do governo de atrair investimentos privados, também será afetado. Na última semana, a Petrobras alegou motivo de força maior para comprar menos gás do campo de Manati, formado por Enauta, Brasoil e Geopark, além da própria Petrobras.

— Com menor atividade econômica, o setor industrial consome menos gás, gerando um efeito em cadeia. É um momento para todos buscarem flexibilização e chegarem a um acordo para perdermos menos —disse Rivaldo Moreira, da consultoria Gas Energy.

Para João Almeida, sócio do Demarest Advogados, esse é o melhor caminho para se evitar a judicialização. Ele lembra que o Código Civil permite a revisão de contratos em casos como o atual:

—A pandemia é um caso típico de força maior, mas, por si só, não exime as empresas das responsabilidades contratuais. É preciso ver se isso está prejudicando o cumprimento do contrato. Mas, hoje, a palavra de ordem é flexibilizar e chegar a um acordo que seja menos pior para os dois lados.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/04/2020

Seção: Economia

Autor: GABRIEL SHINOHARA

Título: Teles têm de manter serviço a inadimplente

Medida ficará em vigor durante pandemia. Operadoras têm 24 horas para restabelecer o que foi cortado

BRASÍLIA- A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) comunicou às operadoras de telefonia que o corte de serviço de clientes inadimplentes está proibido por decisão judicial enquanto durar a pandemia do coronavírus. O alerta foi feito na quinta-feira e segue uma decisão da 12- Vara Cível Federal de São Paulo, que também determinou que as operadoras restabeleçam, dentro de 24 horas, os serviços que já foram cortados por inadimplência. A decisão vale para consumidores residenciais de operadoras de telefone fixo e celular em todo o Brasil enquanto durar a crise atual.

SEM TRABALHO E SEM RENDA

Além da telefonia, a decisão judicial determina que o serviço de gás canalizado também não poderá ser cancelado por falta de pagamentos no país. Para os serviços de energia e água, porém, a decisão se restringe ao estado de São Paulo, onde eles não poderão ser interrompidos. A juíza Natália Luchini atendeu ao pedido de liminar do Instituto de Defesa do Consumidor (Idecon) contra a Anatel, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Bi-combustíveis (ANP), ambas de abrangência nacional, e a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do estado de São Paulo (Artesp), apenas estadual.

A juíza entendeu que, por causado isolamento social, muitas pessoas estão impedidas de trabalhar, ficando conseqüentemente sem renda, o que dificulta o pagamento de despesas essenciais. Em sua decisão, ela afirmou ainda que muitas pessoas não têm acesso ou não sabem fazer os pagamentos via internet e que o deslocamento para agências bancárias para pagar os débitos não é recomendado.

“Não há dúvidas de que o fornecimento de luz, água, telefone e gás dispensa explanação quanto ao seu caráter essencial, inclusive, a suspensão desses serviços pode agravar a pandemia ou mesmo tornar inviável medidas como o distanciamento social, cabendo aos órgãos competentes assegurar o seu fornecimento em caráter geral, diante da situação pela qual passa o país”, afirmou a juíza.

MME / ASCOM .